

Sarney acha necessária reforma da Constituição

19 SET 1980

ESTADO DE S. PAULO

O presidente nacional do PDS, senador José Sarney, garantiu ontem em Belo Horizonte que o presidente Figueiredo tem pressa em levar adiante seu projeto de abertura política, já tendo conseguido vitórias importantes como a extinção do AI-5 e a concessão da anistia. "Agora, disse, resta completar o processo de abertura com outro grande passo, a eleição direta de governador em 1982, coroando-o com uma reforma constitucional."

Sarney falou no encontro nacional de vereadores, ao qual não compareceu o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e que deverá ser encerrado hoje pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Para Sarney, com a adaptação da Constituição à nova realidade política brasileira, "será completada a parte institucional do processo de abertura". Lembrou, contudo, que "um longo período de exceção deixa alguns atos e resquícios de natureza legal que permanecem com certo poder de inércia".

Sobre os atentados terroristas, que condenou mais uma vez, o presidente do PDS recusou-se a admitir a

existência de nomes intocáveis relacionados com esses atos: "Recuso a hipótese de que o governo, de qualquer maneira, possa esconder nomes de qualquer suspeito". Indagado se o governo já conhece os autores dos crimes, foi sucinto: "Não, quando se descobrir, toda a Nação saberá".

Após elogiar o bom clima de entendimento existente no Congresso entre os partidos, e considerar aproveitáveis as conversas que vem mantendo com as oposições, o senador José Sarney disse que o projeto das prerrogativas do Congresso não esgota as aspirações do Parlamento de recuperar o que perdeu ao longo do período de exceção.

"Mas — observou — o atual projeto já é um avanço e quando houver a reforma constitucional o Congresso retomará outras prerrogativas." Porém, citando tradições existentes em outros países democráticos, manifestou-se contrário a total inviolabilidade do mandato e imunidade parlamentar plena, sobretudo no que se refere a crimes de honra, calúnia e injúria: "A tribuna não foi feita para isso", concluiu.